

# Diário



Eletrônico

Brochier /RS

# Oficial

Diário criado pela Lei Municipal nº 1.947/2025

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Documento Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, alterada pela Lei nº 14.063/2020

18 DE DEZEMBRO DE 2025

Edição nº 182/Ano 2025

PÁGINA 1/18

## ÍNDICE

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BROCHIER</b>	2
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>	2
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2025	2
DECRETO Nº 2392/2025	2
LEI Nº 1.998/2025	2
LEI Nº 1.999/2025	2
LEI Nº 2.000/2025	2
<b>CADERNOS</b>	4
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>	4
DECRETO Nº 2392/2025	4
LEI Nº 1.998/2025	6
LEI Nº 1.999/2025	11
LEI Nº 2.000/2025	17

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BROCHIER****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2025****PROCESSO Nº 2080/2025**

O Prefeito Municipal de Brochier/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que com base no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, e no [Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024](#), promove a dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de controle de pragas e vetores, desinsetização, desratização, higienização dos reservatórios de água, em duas etapas, com intervalo de 6 meses, com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima necessárias, na forma da solicitação encaminhada pela secretaria, cuja contratação deverá ser realizada com a empresa IMUNIZADORA IGREJINHA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 59.706.471/0001-62, com sede na Av. Presidente Tancredo de Almeida neves, nº 4235, Frente, Bairro Casa da Pedra, município de Igrejinha/RS, no valor total de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

JOSÉ HENRIQUE DAPPER, Prefeito Municipal.

Publicado por: Volnei Luís Herzer  
Código identificador: cc38bd5d-0edc-4e39-bac6-51508db720c1

**DECRETO Nº 2392/2025**

Decreto Nº 2392/2025

**Abre Transposição de Recurso na importancia de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais) e da outras providências.**

Observação: A íntegra do presente decreto encontra-se no caderno desta edição.

Publicado por: Emerson Alexandre Kaspar  
Código identificador: bb1e71dd-ceee-4002-ada7-b4bc252a21b0

**LEI Nº 1.998/2025**

**Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Brochier para o exercício financeiro de 2026.**

**OBS.: A íntegra da Lei nº 1.998, de 18 de dezembro de 2025 encontra-se no Caderno anexo à esta edição.**

Publicado por: Evandro Carlos Pereira  
Código identificador: c1203f79-fcb3-4fda-979e-52e5524f0067

**LEI Nº 1.999/2025**

**Dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública no âmbito do Município de Brochier e dá outras providências - (Lei Anticorrupção).**

**OBS.: A íntegra da Lei nº 1.999, de 18 de dezembro de 2025 encontra-se no Caderno anexo à esta edição.**

Publicado por: Evandro Carlos Pereira  
Código identificador: a950d617-6ed8-4d17-9be5-76caa3cbd7fa

**LEI Nº 2.000/2025**

**Denomina a Quadra Municipal de Society Olavio Dercio Pilger.**



## DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO BROCHIER/RS

Diário criado pela Lei Municipal nº 1.947/2025  
diario.brochier.rs.gov.br



18/12/2025

Edição nº 182/Ano 2025

Página 3/18

**OBS.: A íntegra da Lei nº 2.000, de 18 de dezembro de 2025 encontra-se no Caderno anexo à esta edição.**

Publicado por: Evandro Carlos Pereira  
Código identificador: 4d69d4e1-666c-48f5-b978-0c958dac92bc



CADERNO - DECRETO Nº 2392/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICIPIO DE BROCHIER

DECRETO 2392 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Abre Transposição de Recurso na importancia de R\$ 3.000,00 ( Trés Mil Reais) e da outras providências.

JOSÉ HENRIQUE DAPPER, PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal LEI 1938.2024 DECRETA:

Art 1. - Fica aberto Transposição de Recurso na importância de R\$ 3.000,00 ( Trés Mil Reais ) sob a seguinte classificação econômica e programática

0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0601 - MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - MDE	
2006 - MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.9.0.13.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	
1001 - Recursos não Vinculados de Impostos ( 115486 )	2.000,00
0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0608 - DESPORTO E TURISMO	
2507 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DESPORTO	
3.1.9.0.13.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS	
0001 - PROPRIOS ( 115641 )	1.000,00
	<hr/>
	3.000,00

Art 2. - Para cobertura do Crédito aberto de acordo com o Art 1., será usado como recurso as seguintes reduções orçamentárias:

0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0601 - MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - MDE	
2006 - MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.9.0.39.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	
1001 - Recursos não Vinculados de Impostos ( 115489 )	2.000,00
0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0608 - DESPORTO E TURISMO	
2507 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DESPORTO	
3.3.9.0.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	
0001 - PROPRIOS ( 115643 )	386,99
0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0608 - DESPORTO E TURISMO	
2507 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DESPORTO	
3.3.9.0.31.00.00.00 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS,DESP	
0001 - PROPRIOS ( 115644 )	48,10
0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0608 - DESPORTO E TURISMO	
2507 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DESPORTO	
3.3.9.0.39.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	
0001 - PROPRIOS ( 115646 )	529,00
0600 - SECRETARIA DA EDUCACAO,CULTURA,DESPORTO E TURISMO	
0608 - DESPORTO E TURISMO	
2507 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO DESPORTO	
4.4.9.0.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0001 - PROPRIOS ( 115648 )	35,91



**CADERNO - DECRETO Nº 2392/2025**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

3.000,00

Art 3. - Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2025.

**CADERNO - LEI Nº 1.998/2025**

Estado do Rio Grande do Sul

**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

**LEI N.º 1.998, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Brochier para o exercício financeiro de 2026.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

**I** - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**II** - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**III** - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

**CAPÍTULO II**  
**DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****Seção I**  
**Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º** A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 42.942.149,65 (Quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

**Art. 3º** A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

**RECEITAS**

Código da Receita	Especificação	Orçamento Fiscal	Seguridade Social	Total
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>42.925.545,40</b>	<b>3.380.000,00</b>	<b>46.305.545,40</b>
1.1.0.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contr. De Melhoria	3.739.452,00		3.739.452,00
1.2.0.0.0.00.0.0.00	Rec. Contribuições	1.000.000,00	870.000,00	1.870.000,00

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 25121808513088810

**CADERNO - LEI Nº 1.998/2025**



Estado do Rio Grande do Sul

## MUNICÍPIO DE BROCHIER

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

1.3.0.0.0.0.0.0.0	Rec. Patrimonial	741.271,00	2.450.000,00	3.191.271,00
1.4.0.0.0.0.0.0.0	Rec. Agropecuária			
1.5.0.0.0.0.0.0.0	Rec. Industriais			
1.6.0.0.0.0.0.0.0	Rec. Serviços	1.161.910,00		1.161.910,00
1.7.0.0.0.0.0.0.0	Transf. Correntes	36.184.516,40		36.184.516,40
1.9.0.0.0.0.0.0.0	Outras Rec. Corr.	98.396,00	60.000,00	158.396,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>178.519,05</b>		<b>178.519,05</b>
2.1.0.0.0.0.0.0.0	Oper. De Crédito			
2.2.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens	10.000,00		10.000,00
2.3.0.0.0.0.0.0.0	Empr. Concedidos			
2.4.0.0.0.0.0.0.0	Transf. De Capital	168.519,05		168.519,05.
2.9.0.0.0.0.0.0.0	Outras Rec Capital			
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>			<b>2.049.000,00</b>	<b>2.049.000,00</b>
7.2.0.0.0.0.0.0.0	Rec. Contribuições		1.347.000,00	1.347.000,00
7.3.0.0.0.0.0.0.0	Rec. Patrimonial			
7.9.0.0.0.0.0.0.0	Outras Rec. Corr.		702.000,00	702.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>				
8.2.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens			
8.3.0.0.0.0.0.0.0	Empr. Concedidos			
8.9.0.0.0.0.0.0.0	Outras Rec Capital			
<b>(-) Deduções da Receita</b>		<b>5.525.914,80</b>	<b>-65.000,00</b>	<b>-5.590.914,80</b>
<b>T O T A L</b>		<b>37.578.149,65</b>	<b>5.364.000,00</b>	<b>42.942.149,65</b>

## Seção II

### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 42.942.149,65 (Quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

I – No Orçamento Fiscal, em R\$ 37.758.149,65 (trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e sessenta e cinco centavos);

II – No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 5.364.000,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro reais).

**Art. 5º** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

Código da DespesaEspecificação	Orçamento Fiscal	Seguridade Social	Total
DESPESAS CORRENTES	33.425.093,79	4.672.500,00	38.097.593,79

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camara.br/verificar-autenticidade>, código: 25121808513088810

**CADERNO - LEI Nº 1.998/2025****Estado do Rio Grande do Sul  
MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

3.1.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.244.212,00	4.591.500,00	19.835.712,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	80.000,00		80.000,00
	Outras Despesas Correntes			
3.3.00.00.00.00.00		18.100.881,79	81.000,00	18.181.881,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>3.281.702,80</b>	<b>5.000,00</b>	<b>3.286.702,80</b>
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	2.979.702,80	5.000,00	2.984.702,80
4.5.00.00.00.00.00	Inversões Financeiras	1.000,00		1.000,00
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida	301.000,00		301.000,00
<b>RESERVA DO R P P S</b>			<b>686.500,00</b>	<b>686.500,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>871.353,06</b>		<b>871.353,06</b>
<b>T O T A L</b>		<b>37.578.149,65</b>	<b>5.364.000,00</b>	<b>42.942.149,65</b>

**Art. 6º** Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 1.983, de 22 de setembro de 2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

**Seção III****Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

**Art. 7º** Ficam autorizados:

**I** – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

**a)** anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 26 da Lei Municipal nº 1.983/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026;

**b)** incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

**c)** excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

**II** – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% de sua despesa total fixada,

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/ceer> e informe o código: 25121808513088810



**CADERNO - LEI Nº 1.998/2025**



Estado do Rio Grande do Sul

**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

compreendendo as operações intraorçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

**Art. 8º** Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

**I** - de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

**II** - dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 – Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 – Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 – Sentenças Judiciais;

**III** - dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 9º** A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

**Art. 10** Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

**Art. 11** O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 12** Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no art. 1º, da Lei Municipal nº 1.983/2025 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

**Parágrafo único.** Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado pela metodologia acima da linha e resultado nominal apurado pela metodologia abaixo da linha, serão comparados com as metas

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/ceer> e informe o código: 25121808513088810



**CADERNO - LEI Nº 1.998/2025**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60  
Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000  
Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

ajustadas nos termos do caput deste artigo.

**Art. 13** O Poder Executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), por Decreto Municipal.

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**JOSÉ HENRIQUE DAPPER**  
Prefeito Municipal

**Registre-se, e Publique-se:**

**Data Supra.**

**ANÉSIO SILVIO SCHERER**

Secretário Municipal Administração e Fazenda

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/ceer> e informe o código: 25121808513088810

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.



**CADERNO - LEI Nº 1.999/2025**



Estado do Rio Grande do Sul

**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

**LEI N.º 1.999, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública no âmbito do Município de Brochier e dá outras providências - (Lei Anticorrupção).

**Art. 1º** Fica instituída a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública no âmbito do Município de Brochier, em decorrência da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 1º** Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, ainda que temporariamente.

**§ 2º** Constituem atos lesivos à Administração Pública Municipal todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas referidas no § 1º, que atentem contra o patrimônio público municipal e contra os princípios da administração pública, definidos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013 reproduzidos a seguir:

**I** – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**II** – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou, de qualquer modo, subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

**III** – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**IV** – quanto a licitações e contratos:

**a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

**b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

**c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

**d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

**e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

**f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

**g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**V** – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional em sua relação com o Município de

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 25121811503800410



**CADERNO - LEI Nº 1.999/2025**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

Brochier.

**§ 3º** A prática dos atos descritos nesta Lei não exclui a responsabilidade administrativa das pessoas jurídicas pelo cometimento de ilícitos tipificados na legislação federal, ainda que relacionados ao mesmo fato típico.

**CAPÍTULO I**  
**DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**  
**Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 2º** A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**Art. 3º** A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal em face da qual foi praticado o ato lesivo.

**Parágrafo único.** A competência de que trata o *caput* será exercida de ofício ou mediante provocação e poderá ser delegada, sendo vedada a subdelegação.

**Seção II**  
**Do Processo Administrativo de Responsabilização**

**Art. 4º** O processo administrativo de que trata o art. 2º desta Lei respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846/2013.

**Subseção I**  
**Da Instauração, Tramitação e Julgamento**

**Art. 5º** A instauração do processo administrativo para a apuração de responsabilidade administrativa deverá ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

- I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;
- II - a indicação do membro que presidirá a comissão;
- III - o número do processo administrativo no qual estão narrados os fatos a serem apurados; e
- IV - o prazo para a conclusão do processo.

**Art. 6º** O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**Parágrafo único.** Em entidades da Administração Pública municipal cujos

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/ceer> e informe o código: 25121811503800410



**CADERNO - LEI Nº 1.999/2025**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

quadros funcionais não sejam formados por servidores públicos, a comissão a que se refere o *caput* será composta por dois ou mais empregados públicos.

**Art. 7º** O prazo para a conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por meio de solicitação do presidente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de forma fundamentada.

**Art. 8º** Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

**Parágrafo único.** Deverá constar no mandado de intimação:

**I** - a identificação da pessoa jurídica;

**II** - a indicação do órgão ou entidade envolvida na ocorrência e o número do processo administrativo de responsabilidade;

**III** - a descrição objetiva dos atos lesivos supostamente praticados contra a Administração Pública Municipal;

**IV** - a especificação das provas utilizadas pela comissão do PAR para imputar responsabilidade à pessoa jurídica;

**V** - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa escrita e especificar provas; e

**VI** - a identificação da comissão com a indicação do local onde se encontra instalada.

**Art. 9º** As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

**Parágrafo único.** Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do *caput*, será feita nova intimação por meio de edital.

**Art. 10** Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas em sua defesa, a comissão processante fixará prazo razoável para sua produção.

**Parágrafo único.** Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, provas propostas pela pessoa jurídica que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Art. 11** O depoimento de testemunhas observará o procedimento previsto no Código de Processo Civil.

**Art. 12** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 25121811503800410



**CADERNO - LEI Nº 1.999/2025**



Estado do Rio Grande do Sul

**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

**Art. 13** Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846/2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

**Art. 14** Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

**§ 1º** O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

**§ 2º** A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

**§ 3º** Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

**Art. 15** Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

**Art. 16** Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município e no respectivo sítio eletrônico.

**Art. 17** A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contados do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

**Parágrafo único.** Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no *caput*, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contados da data de publicação da nova decisão.

**CAPÍTULO II**

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS**

**Seção I**

**Disposições Gerais**

**Art. 18** As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013:

**I** - multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

**II** - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

**Seção II**

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 25121811503800410



**CADERNO - LEI Nº 1.999/2025**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60  
Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000  
Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

**Da Multa**

**Art. 19** A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Art. 20** Para o cálculo da multa devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**§ 1º** A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

**§ 2º** O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

**Art. 21** O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento), do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo excluídos tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

**§ 1º** Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

**§ 2º** Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três) vezes a vantagem pretendida ou auferida.

**Art. 22** O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias contados na forma do art. 17.

**Seção III**

**Da Publicação Extraordinária da Decisão Administrativa Sancionadora**

**Art. 23** A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meio de comunicação no município bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico oficial.

**CAPÍTULO III**  
**DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**Art. 24** Para fins do disposto nesta Lei, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 25121811503800410



**CADERNO - LEI Nº 1.999/2025**



Estado do Rio Grande do Sul

**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60

Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000

Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

**Parágrafo único.** O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas nos termos do art. 7º da Lei Federal 12.846/2013.

**CAPÍTULO IV  
DOS CADASTROS**

**Art. 25** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública Municipal, entre as quais:

**I** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme disposto no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**II** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública conforme disposto no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no parágrafo quinto do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2001;

**IV** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública.

**Art. 26** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, informações referentes às sanções impostas com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013.

**CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 27** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 28** Revogam-se as disposições do Decreto Municipal nº 1.730, de 28 de julho de 2020.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**JOSÉ HENRIQUE DAPPER**  
Prefeito Municipal

**Registre-se, e Publique-se:**

**Data Supra.**

**ANÉSIO SILVIO SCHERER**

**Secretário Municipal Administração e Fazenda**

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 25121811503800410



**CADERNO - LEI Nº 2.000/2025**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

CNPJ: 91.693.308/0001-60  
Rua Guilherme Hartmann, 260 - CEP: 95790-000  
Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br

**LEI N.º 2.000, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Denomina a Quadra Municipal de Society Olavio  
Dercio Pilger.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Quadra Municipal de Society de Brochier, localizada aos fundos do Ginásio Municipal Darci Fetzner, passa a denominar-se **QUADRA MUNICIPAL DE SOCIETY OLAVIO DERCIO PILGER**.

**Art. 2º** Integra a presente Lei, independente de transcrição, o mapa de localização da referida quadra, a certidão de óbito e o histórico do homenageado.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER, 18 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**JOSÉ HENRIQUE DAPPER**  
Prefeito Municipal

*Registre-se, e Publique-se:*

*Data Supra.*

**ANÉSIO SILVIO SCHERER**

Secretário Municipal Administração e Fazenda

Documento assinado digitalmente  
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.camarabrochier.rs.gov.br/cei> e informe o código: 251218115838A8310

**BROCHIER - CAPITAL DO CARVÃO VEGETAL**

"Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas" - Lei Municipal nº 568, de 19 de abril de 1999.



## EXPEDIENTE

**PREFEITURA DE BROCHIER / RS**

Diário Oficial Eletrônico do Município de Brochier - Lei nº 1.947/2025  
www.brochier.rs.gov.br

**José Henrique Dapper**  
Prefeito

**Anésio Silvio Scherer**  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Prefeitura Municipal de Brochier**  
Rua Guilherme Hartmann, 260 - Centro, Brochier/RS  
Telefone/whatsapp: (51) 3697-1212  
Segunda-feira a Sexta-feira: 8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30